

# DIFICULDADES ENCONTRADAS PELAS PROFESSORAS NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS E ALUNAS COM DEFICIÊNCIA

*DIFFICULTIES FOUND BY TEACHERS IN THE PROCESS OF INCLUSION OF  
DISABLED STUDENTS*

Alcilene Gomes Almeida 1

Mariany Almeida Montino 2

**Resumo:** Ao longo da história da humanidade as pessoas com deficiência tiveram uma vida marcada por rejeição, discriminação e segregação. Atualmente as pessoas com deficiência contam com direitos que foram conquistados depois de muitos conflitos e de muita luta, incluindo o direito de frequentar escolas de ensino regular, uma vez que se reconheceu legalmente que esses alunos e alunas com deficiência, como cidadãos e cidadãs têm os mesmos direitos à aprendizagem garantidos aos demais alunos. Entretanto, apenas receber o aluno com deficiência na sala de aula não significa inclusão, há necessidade de preparo dos professores e da escola tanto no sentido de conhecer os tipos de deficiência, suas dificuldades e capacidades e as melhores estratégias pedagógicas para fazê-los avançar no seu processo de aprendizagem. O objetivo desta pesquisa foi, portanto, conhecer as dificuldades enfrentadas pelas professoras das séries iniciais do ensino fundamental, diante do processo de inclusão dos alunos e alunas com deficiência. Trata-se de uma pesquisa básica, qualitativa, tendo seus dados coletados por meio de questionário aplicado aos professores. Entre as principais dificuldades encontradas percebeu-se a superlotação das salas de aula, a falta de especialização dos professores e o pouco apoio que recebem da instituição e do sistema de ensino.

**Palavras-chave:** Escola inclusiva; Prática docente; Crianças com deficiência.

**Abstract:** Throughout human history, people with disabilities have lived a life marked by rejection, discrimination and segregation. Currently, people with disabilities have rights that were won after many conflicts and struggles, including the right to attend regular schools, since it has been legally recognized that these disabled students, as citizens, have same learning rights guaranteed to other students. However, just receiving students with disabilities in the classroom does not mean inclusion, there is a need to prepare teachers and the school both in order to know the types of disabilities, their difficulties and abilities and the best pedagogical strategies to make to advance them in their learning process. The objective of this research was, therefore, to know the difficulties faced by the teachers of the initial grades of elementary school, given the inclusion process of disabled students. It is a basic, qualitative research, having its data collected through a questionnaire applied to teachers. Among the main difficulties encountered was the overcrowding of classrooms, the lack of specialization of teachers and the little support they receive from the institution and the education system.

**Keywords:** Inclusive school; Teaching practice; Disabled children.

1- Pedagoga – Faculdade ITOP e Pós-Graduanda em Psicopedagogia Clínica e Institucional – FACUMINAS <http://lattes.cnpq.br/5534948166207925> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9690-237X>  
E-mail: [alcilene@gmail.com](mailto:alcilene@gmail.com)

2- Doutora e Mestre em Educação (UNICAMP). Professora Pesquisadora da Universidade Estadual do Tocantins Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3117524559575296> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8277-0644>  
E-mail: [mariany.am@unitins.br](mailto:mariany.am@unitins.br)

## Introdução

Ao longo da história da humanidade as pessoas com deficiência tiveram uma vida marcada por rejeição, discriminação e preconceito, o que levava, sempre à segregação, exclusão, a depender das ideias que marcavam cada momento histórico vivido. Os tempos mudaram graças à perseverança dos cidadãos que não queriam caridade, mas sim o direito à cidadania, eles não se deixaram levar por suas limitações, pois acreditavam que nenhuma deficiência é capaz de limitar o ser humano em seus sonhos, no alcance dos seus objetivos. Para garantir os seus direitos, as pessoas com deficiência tiveram que lutar muito para serem reconhecidas enquanto cidadãos, para conseguirem o direito básico de ir e vir a partir de mecanismos de acessibilidade, o direito de estar nos lugares públicos, inclusive na escola.

No âmbito da educação formal, nos anos 1980, a educação pública criou as chamadas “classes especiais”, que embora estivessem dentro de escolas regulares, eram destinadas a alunos com deficiência, sobretudo mental. Entretanto, segundo Ramos (2010) o que se podia observar nessas classes era, muitas vezes, uma prática equivocada, inclusive em relação aos critérios de seleção dos alunos que delas faziam parte. Apesar de um importante passo para a época, uma vez que retirava essas crianças do confinamento de suas casas e lhes garantia o direito de estar na escola, o trabalho pedagógico dedicado aos alunos com deficiência se resumia em um treinamento. Observa-se que ainda atualmente, esse conceito ainda não evoluiu, pois Segundo Silva (2011) apud Meletti (2009), a escola numa visão de renovação, com discursos de inclusão, ainda concebe a criança com deficiência em um constante “preparo para”, pois apesar de não mais segregá-las em classes especiais, as marginaliza dentro das classes regulares, onde teoricamente estariam inclusas. A essas crianças, geralmente, são aplicadas atividades diferentes daquelas aplicadas aos demais alunos, com a intenção de treiná-las para que possam, com o tempo, conseguir “acompanhar” os alunos considerados “normais”.

Atualmente, diversos estudos vêm tratando desse tema, uma vez que se fala muito na inclusão dos alunos, e a legislação é explícita quanto à sua obrigatoriedade em acolher e matricular esses alunos, com suas diferenças, mas não basta só isso. É preciso garantir a permanência desses alunos e alunas na escola, de forma que estejam, de fato, aprendendo.

Na teoria de Piaget, bem como de seus seguidores, difunde-se a ideia do desenvolvimento de um sujeito psicológico, individualizado, que constrói conhecimento tendo por base outro conhecimento, pouco a pouco sintetizado e integrado. Para Farias (2012), assuntos como a inclusão causam grande morosidade, diante das dificuldades e inseguranças que alguns educadores do ensino fundamental encontram quando recebem um aluno com deficiência em sala de aula. Desta forma, buscar compreensão para as problemáticas nas quais se encontram muitos profissionais da educação é de grande importância, visto que muitos profissionais se questionam sobre o que fazer diante do processo de inclusão de um aluno ou aluna com deficiência. Segundo Rosa (2003, p.56) “não basta a escola pensar as contradições existentes fora dos muros escolares, deve também reconhecê-las dentro de si. Os professores são agentes fundamentais da educação, e não é indiferente saber o que pensam acerca da educação inclusiva”.

Com o avanço da ciência e do conhecimento sobre o ser humano e, inclusive, com os conhecimentos vindos de áreas como Sociologia, Psicologia e Educação, chegou-se ao entendimento de que todas as pessoas, sem exceção, têm direito de participar da sociedade, o que alavancou o movimento pela inclusão social e escolar (BARTALOTTI, 2006). Segundo Farias (2012), Maria Montessori, inspirada nos trabalhos de Itard e Seguin, criou um método que é utilizado até os dias de hoje, o Método Montessori. Este método se preocupa em educar a vontade e a atenção, estimulando os órgãos dos sentidos e suas percepções. Já Decroly usou técnicas de filmagens de comportamentos e de situações de aprendizagem, com a finalidade de estudar detalhadamente o desempenho das crianças frente às tarefas educacionais. É o “século da criança”.

Para Meletti (2009) inclusão precisa ser pensada no processo de educação para que os professores aperfeiçoem as suas práticas e para que gestores de escolas públicas e particulares

se atualizem e reestruturem, para responderem às necessidades de cada um de seus alunos. A autora alerta ainda que a inclusão escolar se faz necessária e com ela o desafio de garantir uma educação de qualidade para todos, pois a inclusão escolar traz em si um novo paradigma de educação. Alguns desafios que se colocam para a efetiva inclusão escolar de pessoas com necessidades educativas especiais, como a falta de preparo dos profissionais da educação e a existência nas escolas públicas e privadas de currículos tradicionais e inadequados à prática da educação inclusiva.

A inclusão não é apenas necessária, ela é um direito à cidadania, pois esses alunos e alunas com deficiência, como cidadãos e cidadãs têm os mesmos direitos à aprendizagem garantidos aos demais alunos. Em tempos atuais podemos contar com leis que amparam esses alunos, mas ainda há muito o que se caminhar nesse sentido.

O tema da pesquisa foi escolhido durante o período de estágio em uma escola pública onde foram observados alguns alunos com deficiência que me fizeram despertar o interesse pelo tema. Esses alunos não têm apoio de um professor auxiliar que é o direito deles, garantido por lei. Ficavam na sala com mais 25 colegas, e a professora não conseguia dar atenção maior a esses alunos, que era o que eles precisavam. Assim, sem esse apoio eles ficavam ociosos, não acompanhavam as tarefas propostas pela professora.

Havia um aluno que dizia gostar de matemática, ele era bem esforçado, tinha vontade de aprender, mas sem o apoio da professora ficava bem difícil para ele. A professora relatou que era muito difícil trabalhar em uma sala desse jeito, ela tentava fazer o máximo, mas era muito difícil, ela tinha especialização em várias áreas da educação, só que na sua visão não era o suficiente. Conviver na prática com essas situações nos leva a refletir sobre essas dificuldades, tanto do professor como do aluno.

O objetivo desta pesquisa foi, portanto, conhecer as dificuldades enfrentadas pelas professoras das séries iniciais do ensino fundamental no processo de inclusão dos alunos e alunas com deficiência. Para tanto, inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica no intuito de conhecer o histórico das lutas por direitos à cidadania das pessoas com deficiência e a legislação que ampara alunos e alunas com deficiência no processo de inclusão nas escolas, em seguida realizou-se uma pesquisa de campo em uma escola do município de Palmas, Tocantins, com o objetivo de compreender as dificuldades das professoras que trabalham com crianças com deficiência nas séries iniciais do ensino fundamental, bem como verificar se existe alguma relação entre os tipos de deficiência dos alunos e alunas e os níveis de dificuldade das professoras em trabalhar com elas. A importância desta discussão se justifica pelo fato de que para as pessoas com deficiência, ainda hoje a inclusão não é uma realidade em todas as escolas, sejam públicas ou privadas.

## **Breve histórico da educação especial no Brasil**

Ao longo do tempo a Educação Especial passou por várias mudanças, graças à insistência e coragem de muitos cidadãos que se dispuseram ir atrás dos direitos à qualidade de vida, tanto da criança quanto do adulto com algum tipo de deficiência. Atualmente as escolas de ensino regular recebem mais alunos com diferentes síndromes e esse número cresce a cada ano.

Segundo Santana, Santana e Pereira (2012) em meados do século XIX, as pessoas com deficiência eram vistas como incapazes, abandonadas, dignas de caridade e chegavam inclusive em algumas sociedades a serem exterminadas, pois, a sociedade acreditava que essas pessoas seriam as principais responsáveis pelo não desenvolvimento do país. Entretanto, atualmente as pessoas com deficiência contam com direitos que foram conquistados depois de muitos conflitos e de muita luta, porque sabemos que as conquistas conseguidas não são fáceis de serem adquiridas. Ainda conforme afirmam as autoras Pereira, graças a essas conquistas até a maneira como se chamavam as pessoas com deficiência foi modificada, pois certas palavras como eram chamados era visto como uma maneira preconceituosa.

Ainda no século XIX, houve a organização de serviços para atendimento às pessoas cegas, surdas, deficientes mentais e deficientes físicos, além de iniciativas oficiais e particulares.

Sendo que ao final da década de 1950 e início da década de 1960 do século XX, passa a surgir a ideia de deficientes na educação, tendo em vista, a política educacional brasileira.

E ainda, as mesmas autoras ressaltam que “a instituição tem que incluir, sustentar, acompanhar, apoiar, enriquecer e oferecer tudo o que a pessoa com necessidades especiais necessita para ter êxito no objetivo de integrar”. (Santana, Santana e Pereira, 2012, p.31),

A sociedade atual ainda é muito preconceituosa, o que se dirá em séculos passados com uma nação tão preconceituosa e sem conhecimento. Segundo estudos, a falta de conhecimento não era só dos profissionais, era também da família que tinha alguém com necessidade especial. O deficiente do passado era visto como um coitado e tinha que sobreviver de esmola, algum tipo de ajuda que os outros lhes dessem, as pessoas não os viam como seres capazes. O que eles precisavam era de um olhar que não fosse de pena, queriam oportunidades como todos nós queremos, um olhar que os enxergassem além das suas limitações.

Graças as pessoas que veem além, foram criadas leis que começaram a enxergar os deficientes com outros olhos, dando-lhes o direito de frequentar a mesma sala de aula que os alunos que não tinham deficiência. Foi-lhes reconhecido o direito de trabalhar em qualquer estabelecimento, ofereceu-se cotas em concurso público, os avanços foram bem significativos e muito importantes para essas pessoas e as famílias poderem contar com algum tipo de ajuda.

Tudo isso fez muita diferença na vida da família como na vida da própria pessoa com deficiência. A qualidade dos serviços prestados pelos profissionais também tem ganhado destaque, hoje existem cursos voltados para a educação especial, porque para atender a esses alunos e os adultos o profissional precisa ter conhecimento que vai lhe ajudar a desenvolver um bom trabalho, garantindo a efetivação do direito desses cidadãos.

## **Escola Inclusiva**

O processo de inclusão não é tão fácil como parece, pois, são muitos os desafios encontrados no caminho dessas pessoas que tanto precisam, na teoria tudo funciona perfeitamente, mas a realidade não mostra isso. Quando falamos de inclusão estamos falando de garantia de direito e infelizmente muitas pessoas que precisam de seus direitos para terem melhor qualidade de vida não conseguem facilmente, as vezes é preciso intervenção judicial para isso.

A inclusão tem sido muito discutida porque antes era menor a quantidade de pessoas com deficiência que saíam de casa e exigiam os seus direitos, sendo que apenas uma pequena parcela dessas pessoas tinha escolas exclusivas só para elas. Atualmente, esses alunos, seja criança, adolescente ou adulto tem direito a estarem inseridos em escolas regulares e em ambientes de trabalho, além de todos os espaços frequentados pelos não deficientes. Segundo Mantoan (s.d.),

A inclusão é uma inovação, cujo sentido tem sido muito distorcido e um movimento muito polemizado pelos mais diferentes segmentos educacionais e sociais. No entanto, inserir alunos com déficits de toda ordem, permanentes ou temporários, mais graves ou menos severos no ensino regular nada mais é do que garantir o direito de todos à educação - e assim diz a Constituição.

A inclusão é algo que precisa do apoio de toda a sociedade, devido às adversidades, portanto a qualificação dos profissionais é extremamente necessária, para conseguir oferecer uma educação de qualidade. Mantoan (s.d.) considera que, o motivo que sustenta a luta pela inclusão como uma nova perspectiva para pessoas com deficiência é a qualidade de ensino nas escolas, de modo que se tornem aptas para responder às necessidades de cada um de seus alunos, de acordo com suas especificidades.

As crianças com deficiência precisam ir à escola não apenas para passar o tempo, mas para que esses alunos possam desfrutar de melhor qualidade de vida e, infelizmente muitos

professores não estão preparados para atender esses novos estudantes. Para Mantoan (s.d.),

As escolas que não estão atendendo alunos com deficiência em suas turmas regulares se justificam, na maioria das vezes pelo despreparo dos seus professores para esse fim. Existem também as que não acreditam nos benefícios que esses alunos poderão tirar da nova situação, especialmente os casos mais graves, pois não teriam condições de acompanhar os avanços dos demais colegas e seriam ainda mais marginalizados e discriminados do que nas classes e escolas especiais.

No trabalho feito com alunos com deficiência não é determinado métodos específicos, mas cabe ao professor explorar o máximo da capacidade deles, o professor tem que conhecer cada um para que ele possa auxiliá-lo no máximo de seu próprio desenvolvimento, pois existe várias deficiências e cada um tem um grau de dificuldade. Vale também lembrar que a acolhida, a interação com os outros, tudo isso é muito importante na vida desses alunos. A escola tem que ser democrática assim facilitará o trabalho da equipe pedagógica, e quem ganha é o aluno. Mantoan (s.d.) sustenta que:

A inclusão não prevê a utilização de métodos e técnicas de ensino específicas para esta ou aquela deficiência. Os alunos aprendem até o limite em que conseguem chegar, se o ensino for de qualidade, isto é, se o professor considera o nível de possibilidades de desenvolvimento de cada um e explora essas possibilidades, por meio de atividades abertas, nas quais cada aluno se enquadra por si mesmo, na medida de seus interesses e necessidades, seja para construir uma ideia, ou resolver um problema, realizar uma tarefa. Eis aí um grande desafio a ser enfrentado pelas escolas regulares tradicionais, cujo paradigma é conquista, e baseado na transmissão dos conhecimentos.

Na inclusão os professores precisam cada vez mais se capacitar para uma melhor atuação com esses alunos que precisam de uma maneira diferenciada em sua formação, por esta razão que há a preocupação na melhoria da qualificação dos professores.

## **Adaptações Curriculares**

Todos os cidadãos brasileiros têm o direito à educação, seja ele quem for, independente de religião, sexo, classe social ou cultura, e é um dever do Estado promover este direito, depois de tantas lutas daqueles que vieram antes de nós. Essas conquistas ganharam força na constituição de 1824 na época que o Brasil era Império.

O direito à educação para todos os brasileiros foi estabelecido na Constituição de 1824, à época do Brasil Império. As Constituições brasileiras de 1934, 1937 e 1946, da mesma maneira, garantiam a todos o direito à educação. Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, afirma o princípio da não-discriminação e proclama o direito de toda pessoa à educação (Ministério da Educação, 1999, p. 27).

As constituições brasileiras de 1934, 1937 e 1946, garantem o direito a todo povo brasileiro de frequentar uma sala de aula, essa inesquecível conquista, marcou a história da educação brasileira. Só nas constituições de 1967 e 1969 levaram em consideração os princípios da declaração universal dos direitos do homem em declaração dos direitos das crianças.

Houve também em Salamanca, na Espanha entre 7 e 10 de junho de 1994 a conferência mundial sobre necessidades educativas especiais, onde reuniu delegados de 92 países e 25 organizações internacionais com objetivo principal de promover para todos o direito à educação. Nesta mesma ocasião foram analisadas as mudanças das políticas para garantir o direito das crianças com necessidades educativas especiais.

A escola tem que ser vista como um espaço de inclusão, para todos que precisam desse acolhimento, dentro desse espaço, não é apenas abrir matrículas, é oferecer o amparo que a criança, o adolescente ou adultos precisam. Atualmente as escolas precisam encontrar maneiras de oferecer uma boa qualidade de ensino para os alunos com deficiência, e por esta razão velhos hábitos de exclusão tem que ficar para trás, já que hoje não é mais para existir escola exclusivas para deficientes, uma vez que eles têm o mesmo direito que os demais alunos.

E a escola é um espaço social privilegiado para o debate, devido às suas funções políticas, dentre outras. Essas questões já estão nas agendas, o que é animador. Mas aceitar o ideário da inclusão não autoriza o “bem-intencionado” a mudar o que existe num passe de mágica. A escola inclusiva, isto é, a escola para todos, deve estar inserida num mundo inclusivo onde as desigualdades - que são estruturais nas sociedades - não atinjam níveis tão altos como esses com os quais temos convivido (Ministério da Educação, 1999, p. 45).

Por essa razão as escolas precisam preparar-se em estrutura física e na formação de seus professores e de todos os profissionais que fazem parte da equipe escolar. No Brasil há 15 milhões de pessoas com deficiência, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) é uma grande quantidade de pessoas que precisa de um ensino diferenciado, portanto, não dá para cruzar os braços e continuar da mesma maneira, é preciso estabelecer metas e formular políticas que garantam a inclusão desses cidadãos.

As crianças com deficiência, assim como qualquer outro cidadão deve ser educado em sociedade, não como no passado em que as crianças por suas limitações muitas vezes tinham que morrer, pois eram vistas como seres imprestáveis, que apenas traziam problemas e atrasava o crescimento do país. Depois das mudanças que ocorreu nos currículos e nas leis essas crianças passaram a ter melhores na qualidade de vida. A flexibilidade curricular funciona como um trabalho, se constrói para que todos tenham a oportunidade de usufruir da vida em sociedade, a educação deve se basear nas possibilidades e não nas diferenças das pessoas.

A educação inclusiva é um novo modelo de educação que vem sendo implantado no ensino regular é uma maneira de acabar com o preconceito contra as pessoas com deficiência, mesmo porque a quantidade de pessoas especiais tem crescido muito a cada ano, por isso os órgãos responsáveis estão tentando maneiras de ajudar os cidadãos que precisam do acolhimento social para usufruir de seus direitos já conquistado. Entretanto, para se efetivar essa inclusão não está sendo fácil porque as escolas regulares resistem a permitir o acesso de alunos com deficiência, a maioria dos profissionais não estão preparados para atenderem as necessidades desses alunos. Até as próprias instituições não têm uma estrutura física que atenda as necessidades dos alunos com deficiência física, dessa forma fica difícil fazer a acolhida desses alunos.

A escola, para que possa ser considerada um espaço inclusivo, precisa abandonar a condição de instituição

burocrática, apenas cumpridora das normas estabelecidas pelos níveis centrais. Para tal, deve transformar-se num espaço de decisão, ajustando-se ao seu contexto real e respondendo aos desafios que se apresentam. O espaço escolar, hoje, tem de ser visto como espaço de todos e para todos (Ministério da Educação, 1999, p. 62).

Na educação especial existe várias barreiras que precisam ser removidas do caminho de quem tanto precisa para poder desfrutar de uma vida social agradável. Todo o aluno tem seu grau de dificuldade, mas para os alunos com deficiência tudo é mais difícil. O aluno cadeirante, por exemplo, precisa que a barreira arquitetônica seja retirada pois andar em uma cadeira de roda dentro de um espaço que não lhes favorece o mínimo de condições, e os alunos com deficiência visuais, como é difícil para esses alunos se não tiver um espaço físico que facilita sua locomoção.

As barreiras atitudinais também precisam ser rompidas, pois as escolas precisam rever a forma como os alunos com deficiência estão sendo recebidos, uma vez que a cada ano aumenta o número desses alunos que passam a reivindicar os seus direitos de estarem inseridos em classes regulares, daí as escolas precisam estar se preparando para o acolhimento e o ensino desses alunos.

Entre as inúmeras mudanças que precisam ser feitas para a remoção das barreiras, está a consciência das equipes que atuam nas escolas para que a inclusão de fato aconteça. A inclusão na educação, não se refere apenas a pessoas com deficiência física, a palavra deficiência também se refere as pessoas que por algum motivo fica sem frequentar uma sala de aula, só no Brasil existe 13 milhões de analfabetos, é uma situação preocupante já que estamos no séc. XXI, com todos os recursos disponíveis e ainda tem esse número assustador de analfabetos realmente alguma coisa precisa ser feita é por isso que a inclusão está sendo o foco de todas as atenções na educação. Segundo Kolarik, Rodrigues e Oliveira (2017, p. 47).

[...] que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível independente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder as necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com as comunidades [...] escolas inclusivas provêm um ambiente favorável à aquisição de igualdade de oportunidades e participação total [...]

A inclusão na educação não significa somente o acesso à escola, inclusão significa ser aceito como *eu sou* e poder desfrutar do que a sociedade tem *a me oferecer*, ter direito à sua própria identidade, a educação inclusiva implica atenção à diversidade maior dos profissionais que fazem parte do aprendizado do aluno.

Inclusão, cotidiano escolar e políticas públicas: A inclusão escolar é um assunto que tem chamado a atenção não apenas de autoridades, mas também dos debates realizados nas universidades é um assunto que está mexendo com todas as políticas educacionais. Porque a inclusão não é mais um problema apenas da família, hoje alunos tem total amparo do direito humano. A inclusão tem como vantagem dar novas possibilidades para a intervenção educativa em sentido amplo, para todas as pessoas. Para Veiga (2005, p.50):

[...] é a melhoria do processo ensino-aprendizagem sem excluir os alunos com necessidades especiais não devendo

beneficiar apenas uma classe, na verdade ela deve servir a todos e não ser privilégio de alguns, ela deve vir para libertar e não para oprimir.

A educação escolar é um caminho largo para ajudar na formação desses alunos mesmo porque inserir os alunos deficientes tem sido uma tarefa desafiadora. E também é importante que as barreiras sejam quebradas porque quando o aluno tem limitações isso não pode ser motivo para ele ficar excluído de desfrutar dos direitos que todo cidadão tem, lembrando que aprendemos com troca de experiência, o aluno com deficiência, quando é colocado com outras crianças ele tem a oportunidade de brincar de conversar com outras crianças tudo isso traz novas experiência que lhe permite aprender e se desenvolver.

Segundo a Constituição Federal todos as crianças e adolescentes tem o direito de estudar em salas regulares.<sup>1</sup>

## **Família e escola diante da educação inclusiva**

No Brasil, traçarmos uma demarcação há pelo menos um século, quando, por exemplo, iniciaram-se as primeiras tentativas oficiais de escolarização formal de deficientes visuais. Na história de outros países do mundo, iniciativas deste tipo podem ser encontradas há ainda mais tempo. O surgimento dessas mudanças acontece em três momentos: Primeiro, o momento do reconhecimento da existência deste segmento da população. Na maioria dos casos, este reconhecimento implicou a separação dos indivíduos com deficiência do resto da sociedade, em asilos ou reformatórios, principalmente pela ignorância da sociedade sobre o assunto e a respeito de suas potencialidades de participação social.

O segundo momento, decorrente, entre outros aspectos, de avanços em pesquisas médicas, é marcado pela “descoberta” desta camada da população enquanto indivíduos que, afinal, podem, ainda que de forma limitada, participar das atividades sociais. O Terceiro momento pode ser considerado como o que marca, de forma mais concreta, o reconhecimento da família como coagente no processo de cuidados e reabilitação. De lá para cá, as práticas e pesquisas em reabilitação cresceram e se expandiram a outras áreas que não apenas a da saúde. Para que aconteça a inclusão é imprescindível a família pois o apoio desses defensores tem um papel importante e definitivo na vida de quem tanto precisa.

## **A família e a criança com deficiência**

Toda mulher quando sabe que está grávida, já começa a idealizar como vai ser seu filho, tanto fisicamente como intelectualmente, sempre tem uma preferência de sexo, enfim, tem toda uma expectativa por esta criança que está prestes a chegar. Quando chega esse momento único na vida da mulher e da família, às vezes essa criança não atende às expectativas dos pais, nascendo uma criança com algum tipo de síndrome ou deficiência, os pais as vezes não percebem, ou não querem aceitar.

---

1 A nossa Constituição Federal, intitulada Constituição “cidadã”, adota princípios e regras afinados com a INCLUSÃO, trazendo inovações muito importantes relacionadas ao direito à educação. Este direito foi amplamente detalhado, restando clara a sua incondicionalidade para todos, a começar do preâmbulo da Constituição, onde “a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça”, foram citados “como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional”. Elegeu nossa Carta Magna como fundamentos da República a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art. 1º, incisos II e III), e como um dos seus objetivos fundamentais a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, inciso IV). (MEC, SEESP, 2005, p. 65).

É por meio da família que, num primeiro momento, temos acesso ao mundo. Somos apresentados a uma série de informações que nos dirão quem somos e o que esperam de nós. Trata-se da unidade básica de desenvolvimento e experiência, onde ocorrem situações de realização e fracasso, saúde e enfermidade. É um sistema de relação complexo dentro do qual se processam interações que possibilitam ou não o desenvolvimento saudável de seus componentes (BUSCAGLIA,1997, p. 78).

O primeiro passo é procurar ajuda médica para ser feito o diagnóstico, graças ao avanço da medicina muitos diagnósticos são feitos imediatamente, já outros demoram um pouco, então, não há nada que não seja descoberto. Como estamos num momento de inclusão os médicos sabem que a criança tem todo amparo social, quando a criança tem oportunidade ela tem todo um desenvolvimento, mas a família fica totalmente abalada sem saber o que fazer, como fazer e passa a ver o filho como um “coitadinho”, uma criança que não terá os mesmos direitos que outros. Nesta questão da deficiência as coisas têm evoluído, e essas crianças tendo oportunidades podem se desenvolverem normalmente e terem uma vida bem adaptada. O diagnóstico situacional tem, como objetivos, revelar, fotografar, mapear a situação que se deseja transformar e permitir a reflexão sobre a escolha das estratégias de intervenção (KOLARIK, 2017).

O termo deficiência remete à visão quantitativa do desenvolvimento, que é ressaltada pelos resultados verificados por meio de testes e diagnósticos classificatórios. Segundo Piantino (1999, p.167):

O diagnóstico tradicional cristaliza o que deve ser visto como processo, como parte da dinâmica do desenvolvimento. Assim, a deficiência é coisificada, e a consequência do diagnóstico, orientado somente para a ‘falta’ e para o ‘não’, é estabelecer limites a priori para o desenvolvimento do sujeito. Daí resulta o estabelecimento de metas negativas, na esfera social e educacional.

A concepção histórico-cultural, segundo a qual o homem aprende a ser homem a partir da interação com o mundo natural e social, tendo de haver o convívio com outros homens, os quais podem pô-lo em contato com a cultura, os valores, o saber, nega o determinismo biológico, a quantificação, hierarquização e a padronização. Não estabelece comparações segundo o padrão entre desenvolvimento deficiente e o “normal”. O que determina a deficiência é a impossibilidade imposta socialmente ao desenvolvimento cultural.

O termo deficiência não significa impossível, quando uma criança nasce e tem o diagnóstico de deficiente o mundo de seus pais parece cair, mas se a criança deficiente tem todo o amparo tanto médico, quanto familiar e social, ela se desenvolve de maneira que impressiona os que estão à sua volta. O problema é que lidar com uma criança ou adulto com deficiência requer maiores cuidados e a própria família por ignorância acaba deixando de ir em busca do que essa criança necessita e tem direito.

Os seus membros devem entender que o nascimento de uma criança deficiente não lhes tira os direitos como pessoas. Eles ainda têm direito à diversão, a tempo para si mesmos, tempo com os outros membros da família, tempo para ler, pintar, escrever poesia, visitar os amigos ou fazer o que desejarem. Esse fato não deve lhes tirar o direito de reclamar, de se lamentar, lastimar e de chorar. Em outras palavras, eles ainda têm o direito de ser os seres humanos

que eram antes de a criança nascer e de se tonarem o ser humano a que aspiram (Ibdem, p.124).

Hoje, o enfoque sobre a deficiência permanece o mesmo no espaço escolar, uma vez que o olhar do professor está naquilo que ele espera que a criança produza conforme seu planejamento semanal, deixando de considerar sua individualidade. A família que tem um filho com diagnóstico de deficiência constata que o maior problema a ser enfrentado não é a deficiência e sim o preconceito. Despreparada, além de aceitar o diagnóstico, incorpora os prognósticos médicos, que na maioria das vezes vêm carregados de preconceito e reforça as representações sociais historicamente construídas a respeito de pessoas com deficiência.

As crianças que apresentam sintomas de deficiência mental sem dúvida são as que mais preocupam os pais e têm maior dificuldade de serem incluídas no contexto social. Toda criança que é diagnosticada como especial sem dúvida é motivo de grande preocupação, mas quando se trata de um diagnóstico mental há uma preocupação maior pois normalmente esse deficiente causa medo por sua agressividade, não são todos que são agressivos, mas acontece entre um caso e outro deles serem agressivos e isso influencia toda a dinâmica familiar. Normalmente essas crianças são isoladas, a família pensa que devido às oscilações de comportamento podem causar algum mal para os que os cercam. As escolas não aceitavam essas crianças pois elas colocavam em risco a integridade física dos demais alunos, somente a partir da década de 1970 que incluir alunos com deficiências mentais passou a ganhar força e as escolas começaram a quebrar as barreiras. Para Mantoan (2003) a inclusão propõe a modificação da sociedade como pré-requisito para que a pessoa com necessidades especiais avance no seu desenvolvimento e exerça a sua cidadania.

## **Escola, sociedade e as pessoas com deficiência**

Mesmo com o Movimento de Reforma Psiquiátrica, desencadeado a partir da década de 1970 na Europa e no Brasil, que propõe a inclusão do portador de sofrimento psíquico na sociedade, essa inacessibilidade vem delimitando, como lócus do “louco”, a sua exclusão do cenário das Cidades desde o século XVII até os dias de hoje, ou seja, a exclusão do diferente ainda ocorre. Vale lembrar que fazer a inclusão desses alunos não tem sido uma tarefa fácil, até mesmo os professores não conseguem lidar com esses alunos.

As dificuldades dos professores em lidar com as crianças deficientes na maioria das vezes são atribuídas a falta de preparação, pois normalmente o professor não tem uma formação específica para lidar com esses alunos, o conteúdo que as grades curriculares oferecem em seus cursos de pedagogia, magistério não é o suficiente para preparar um professor para tamanha responsabilidade. O que acontece é o professor não conseguir nem mesmo identificar o problema da criança e, também o docente tem muita dificuldade devido as superlotações das salas de aula, que é um grande problema enfrentado por eles.

[...] a expressão “necessidades educacionais especiais” refere-se a todas as crianças e jovens cujas carências se relacionam a deficiências ou dificuldades escolares. (...) neste conceito, terão que se incluir crianças com deficiência ou superdotados, crianças de rua ou crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nômades, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais (UNESCO, 1994, p.15).

Assim, os cursos de formação de professores devem ter como finalidade, no que se

refere aos futuros professores, a criação de uma consciência crítica sobre a realidade com a qual eles vão trabalhar, e o oferecimento de uma fundamentação teórica que lhes possibilite uma ação pedagógica eficaz. Quando esses alunos são colocados com outros alunos à princípio nada parece acontecer, mas com o passar do tempo a mudança é bem visível porque dentro da sala de aula não aprendemos apenas a leitura da palavra, mas também a leitura do mundo, conforme Paulo Freire.

Ainda nessa direção, Aranha (2006, p.8) pontua que “A escola inclusiva é aquela que conhece cada aluno, respeita suas potencialidades e necessidades e a elas responde, com qualidade pedagógica.

## **Reinventando a escola inclusiva**

A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas (especialmente as de nível básico), ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada. Segundo Sanchez (2005, p.11):

A filosofia da inclusão defende uma educação eficaz para todos, sustentada em que as escolas, enquanto comunidades educativas devem satisfazer as necessidades de todos os alunos, sejam quais forem as suas características pessoais, psicológicas ou sociais (com independência de ter ou não deficiência).

Para recriar uma escola com o modelo inclusivo é preciso que reconheçam e valorizem as diferenças. A escola de modelo inclusivo é aquela que não fica olhando apenas as dificuldades que todos nós sabemos que existem em todo tempo, mas a necessidade e importância de prestar um serviço com qualidade à população.

As escolas que reconhecem e valorizam as diferenças têm projetos inclusivos de educação e o ensino que ministram difere radicalmente do proposto para atender às especificidades dos educandos que não conseguem acompanhar seus colegas de turma, por problemas que vão desde as deficiências até outras dificuldades de natureza relacional, motivacional ou cultural dos alunos. Nesse sentido, elas contestam e não adotam o que é tradicionalmente utilizado para dar conta das diferenças nas escolas: as adaptações de currículos, a facilitação das atividades e os programas para reforçar aprendizagens, ou mesmo para acelerá-las, em casos de defasagem idade/série escolar. Segundo Fontes e Andrade (2006, p.13)

Aprender é uma ação humana criativa, individual, heterogênea e regulada pelo sujeito da aprendizagem, independentemente de sua condição intelectual ser mais ou ser menos privilegiada. São as diferentes ideias, opiniões níveis de compreensão que nos enriquecem e que clareiam o atendimento dos alunos e professores.

As escolas precisam se reorganizar nos aspectos pedagógicos e administrativo, quando falamos de uma escola inclusiva esta inclusão tem que abranger todos os ambientes que compõem a escola do pedagógico ao administrativo.

A reorganização das escolas depende de um encadeamento de ações que estão centradas no projeto político-pedagógico. A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem

nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um. Não se trata de uma aceitação passiva do desempenho escolar, e sim de agirmos com realismo e coerência e admitirmos que as escolas existem para formar as novas gerações, e não apenas alguns de seus futuros membros, os mais capacitados e privilegiados

Para ensinar a turma toda, parte-se do fato de que os alunos sempre sabem alguma coisa, de que todo educando pode aprender, mas no tempo e do jeito que lhe é próprio. Além do mais, é fundamental que o professor nutra uma elevada expectativa em relação à capacidade de progredir dos alunos e que não desista nunca de buscar meios para ajudá-los a vencer os obstáculos escolares.

A atuação do professor na vida do aluno é algo decisivo, por isso é preciso que eles olhem para as competências dos alunos e não apenas para suas limitações. A educação especial está se difundindo no contexto escolar e para que isso venha acontecer na realidade é preciso contar com ajuda daqueles que estão na linha de frente desta luta que vem ganhando espaço a cada dia. Na sala de aula inclusiva considera que os conteúdos escolares são considerados objeto da aprendizagem, aos alunos atribuir significados e o professor assume a função de auxiliar esses alunos. O papel do professor é, principalmente, auxiliar os alunos que não tem capacidade de fazer suas tarefas sozinho. Agindo assim o professor consegue dar apoio para que eles se desenvolvam e, também ajuda em seus conflitos cognitivos. Fontes e Andrade (2006, p.20):

A escola (especial e comum) ao desenvolver o atendimento educacional especializado deve oferecer todas as oportunidades possíveis para que nos espaços educacionais em que ele acontece, o aluno seja incentivado a se expressar, pesquisar, inventar hipóteses e reinventar o conhecimento livremente.

Promover a inclusão como preconiza a legislação não tem sido uma tarefa fácil na educação no Brasil. São muitos os desafios que os professores encontram em suas salas de aula, é a superlotação das salas, a falta de valorização, muitas atribuições, cobranças de todo lado, enfim são muitos problemas para uma única pessoa, que acaba se revoltando e com tudo isso ele acaba não dando o melhor dele e ainda ter que trabalhar com as deficiências dos alunos sem ter sido preparado para isso, para o professor ele vê tudo isso como uma falta de respeito profissional. Para que de fato a inclusão aconteça é preciso mudanças na estrutura física, material, na gestão administrativa no projeto político pedagógico. Não podemos apenas crucificar o professor.

O sucesso de uma proposta inclusiva necessita o reconhecimento e a valorização das diferenças, como elemento enriquecedor do processo de ensino-aprendizagem; professores conscientes do modo como atuam, para promover a aprendizagem de todos os alunos; cooperação entre os implicados no processo educativo, dentro e fora da escola; valorização do processo sobre o produto da aprendizagem; e enfoques curriculares, metodológicos e estratégias pedagógicas que possibilitam a construção coletiva do conhecimento.

## **Metodologia**

Trata-se de uma pesquisa básica, qualitativa, descritiva. Para desenvolver a pesquisa foi realizado um levantamento bibliográfico através de diversas fontes para melhor compreensão do tema, em livros, internet, e demais fontes de informações. Após pesquisa bibliográfica e aprovação no Comitê de Ética foi aplicado um questionário com dez questões para as professoras, da seguinte forma: Após terem acesso e assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), foram distribuídos questionários entre as professoras dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, da referida escola, que tinham alunos e/ou alunas com

deficiência em suas salas de aula e que se dispuseram a participar da pesquisa.

A pesquisa foi realizada em uma escola municipal na região do Taquaralto, Palmas, Tocantins, onde houve uma conversa com a direção da escola quanto a realização da pesquisa com professores que têm alunos com deficiência em suas turmas. Após aceitação da direção me reuni com professores para explicar sobre o questionário e se aceitariam participar. De posse dos questionários respondidos passou-se a realizar a análise a fim de reconhecer quais são as principais dificuldades encontradas, pelas professoras e pelo professor, na inclusão de alunos com deficiências em suas salas de aula.

Para o tratamento dos dados foram utilizadas as contribuições da Análise de Conteúdo, uma vez que o questionário contém perguntas abertas. As respostas foram divididas em quatro categorias: 1. Concepção de Inclusão; 2. Formação especializada; 3. Estrutura e apoio para o trabalho; 4. Dificuldades do trabalho.

## Resultados e discussão

O questionário inicialmente era para ser realizado com as cinco professoras que tivessem alunos com deficiência, porém uma delas não aceitou. Portanto ficaram dois professores de primeiro ano, um do segundo ano, e um do quinto ano. Então foram distribuídos os questionários para três professoras e um professor, os mesmos levaram o questionário para casa, durante uma semana. Para conhecimento, seguem as questões abertas: 1. Você tem, em sua sala de aula, alunos ou alunas com deficiência? Se sim, quantos? 2. Quais deficiências esses seus alunos ou alunas apresentam? 3. O que você entende por Inclusão de alunos e alunas com deficiência? 4. Você costuma utilizar métodos diferentes daqueles que você utiliza com o restante da turma, para ensinar os seus alunos e alunas com deficiência? Se sim, quais? 5. Como é feito o processo avaliativo dos seus alunos e alunas com deficiência? 6. Que tipo de formação você recebeu ou recebe para trabalhar com alunos e alunas com deficiência? 7. Como você avalia o apoio que recebe da equipe gestora da escola e da secretaria de educação para desenvolver o seu trabalho com os alunos com deficiência? 8. Você costuma buscar informações e orientações que lhe auxiliem a aprimorar a sua prática pedagógica com os seus alunos e alunas com deficiência? Onde? Ou com quem? 9. Quais as principais dificuldades que você encontra no processo de inclusão desses alunos e alunas com deficiência? 10. Você considera que seus alunos e alunas com deficiência estão, de fato, inclusos na sua sala de aula? Se sim, comente sobre. Se não, o que você percebe que está faltando e pode ou precisa ser melhorado? As questões um e dois não serão analisadas porque elas apenas identificam professores com alunos com deficiência.

## Concepções de inclusão

As perguntas 3, 4 e 5 buscaram compreender a concepção de inclusão que os professores e professoras entrevistados têm. Respostas como “dar condições para que possam se adaptar e desenvolver, interagir com crianças normais”; “proporcionar a este aluno conhecimento igualitário com metodologia diferenciada para cada aluno e suporte técnico especializado”; “os mesmos devem ser tratados e ensinados da maneira que os outros”; nos fazem pensar que ainda é um pouco confusa para os professores a real definição de inclusão.

Quanto às metodologias utilizadas, “Colocá-los com atividades diferenciadas para que tenham o prazer de participar de acordo com a realidade”; “Coloco os mesmos na frente, dou uma atenção especial sempre incluindo nos grupos”; “Intérprete de Libras para os alunos surdos. Jogos pedagógicos”; pensamos se apesar das tarefas prazerosas, esteja acontecendo realmente a aprendizagem. E, ainda têm-se a impressão ao se falar do interprete de libras, que a responsabilidade total da aprendizagem dos alunos surdos são do professor auxiliar. Essa parece ser ainda uma grande confusão: os limites e as responsabilidades de atuação dos professores regentes e dos professores auxiliares.

Sobre o processo avaliativo dos alunos com deficiência, “É realizado com o

acompanhamento de um professor auxiliar na própria sala ou na sala de recursos”; “Assim com os outros, através das atividades realizadas”; “Com atividades diferenciadas, onde os mesmos consigam entender o conteúdo trabalhado”; “Contínuo e por competências”. A partir das respostas dos professores, ainda não se observa com clareza como esse processo de avaliação é realizado, uma vez que há especificidades dos alunos com deficiência em relação ao restante da turma e nenhum deles faz menção a isso.

## **Formação especializada - Estrutura e apoio para o trabalho**

As perguntas 6, 7 e 8 se referem à formação que os professores e professoras receberam ou recebem para trabalhar com os seus alunos com deficiência.

“Não tive nenhuma formação, mas pesquiso alguma coisa ou compartilho minhas angústias com professores que também têm alunos com deficiência”; “Nenhuma, o que faço é por conta própria, ou seja, faço uma coisa não deu certo faço plano B”; “Fiz uma pós-graduação em AEE (Atendimento Educacional Especializado), oferecida pela secretaria da educação”; “Conhecimento em libras. Inclusão da pessoa com deficiência. Matéria específica da formação em pedagogia e áudio descrição”

Em nossa pequena amostra de quatro professores, observamos que dois deles têm alguma formação e os outros dois não receberam nenhuma formação, o que, de fato, é bastante preocupante, uma vez que o trabalho pedagógico com esses alunos demanda não apenas o conhecimento sobre síndromes e deficiências, limites e possibilidades, mas também o conhecimento de intervenções adequadas que favoreçam, não só a integração desses alunos na sala de aula, mas também a efetivação de suas aprendizagens.

Sobre o apoio que recebem da equipe gestora da escola e da secretaria de educação, falou-se da boa vontade da equipe da escola, que esbarra em questões burocráticas do sistema de ensino, portanto dos poucos investimentos em formação e da falta de apoio que recebem para desenvolverem o seu trabalho. “A escola trabalha com material e pessoal reduzido, sendo que a secretaria não dá o suporte e devida qualificação dos professores e coordenadores responsáveis por esta inclusão”.

Observa-se, portanto, que para desenvolverem seu trabalho, os professores estão extremamente mal amparados, e buscam promover a própria formação, se preocupam com a situação e buscam de alguma maneira se informar para ajudar esses alunos, buscando conteúdo na Internet ou “Busco algumas orientações com algumas professoras que tem mais experiência”.

## **Dificuldades do trabalho e efetivação da aprendizagem**

Perguntados sobre as principais dificuldades encontradas: “Salas muito cheias. São alunos que não acompanham. Rotina sobrecarregada”; “A falta de acompanhamento quando a professora está explicando a atividade, ou algo do tipo, quando a professora acaba de explicar o aluno não sabe”; “Material didático apropriado, sala de aula cheia com 37 alunos”; “Aceitação dos pais em se tratando da deficiência dos seus filhos”.

Sobre considerar se os alunos com deficiência estão, de fato, incluídos na sua sala de aula, os professores consideram que: “Um deles sim, embora necessita do auxílio do professor. Os outros dois sem professor auxiliar não rendem nada”; “No meu ver sim, pois tento sempre dar atenção para mostrar para os que acham que eles não são capazes de aprender, ver que eles conseguem e tem dado certo”; “Não. Precisa de fato ter adequação no conteúdo para que o aluno consiga acompanhar a turma, necessita material didático e uma sala de recurso com profissionais com a devida qualificação”; “Sim. Estou usando os meus conhecimentos sobre o assunto que consigo transmitir algum aprendizado para os educandos”.

Diante das respostas dos professores podemos observar, ainda que nessa pequena amostra, que o processo de inclusão dos alunos com deficiência ainda está longe de ser

efetivado. Foi um grande avanço, sem dúvida, a conquista do direito de estar inserido nos contextos de salas de aula regulares, mas o próximo passo tem que ser dado. Não basta cumprir a lei, colocando os alunos nas salas, apenas “para inglês ver”, é fundamental a especialização dos profissionais da educação em níveis de formação inicial e continuada e o apoio efetivo dos sistemas de ensino.

## Considerações Finais

Receber o aluno com deficiência na sala de aula não significa inclusão, há a necessidade do preparo do professor para conhecer o tipo de deficiência e a história de vida do aluno, sua relação com seus familiares e vice-versa; saber como trabalhar com outros alunos e com suas famílias, é este o contexto que chamamos inclusivo. Não podemos exigir que o professor esteja preparado sem que esta possibilidade lhe tenha sido ofertada.

Há ainda a necessidade do envolvimento de gestores, da iniciativa pública e privada, de políticas públicas, de investimento na formação dos envolvidos, trabalho que não se restringe apenas aos professores, mas a todos, sem exceção. Quando a escola recebe, pela primeira vez, uma criança com discrepâncias significativas no processo de desenvolvimento e aprendizagem ou com algum tipo de deficiência em relação aos demais alunos da mesma faixa etária é natural que muitas dúvidas surjam. O professor, geralmente, sente-se ansioso e temeroso diante de nova situação para a qual não se encontra preparado. Inicialmente, alguns professores pensam ser necessário se especializarem para poderem melhor atender o aluno com deficiência. Sem dúvida a capacitação, a pesquisa e o aprimoramento são imprescindíveis a prática pedagógica de um profissional da educação. Contudo, a convivência, a experiência e ajuda de profissionais especializados e da família, o professor verifica que o processo de inclusão não é tão difícil como parecia, é um desafio porque implica em mudanças nas práticas pedagógicas muitas vezes cristalizadas.

Os desafios do professor são muitos e quando chega uma criança para sua turma a preocupação parece aumentar porque um aluno com deficiência requer mais do professor e normalmente ele não tem esse tempo todo para dedicar ao único aluno. Existe o problema da superlotação das salas de aula isso contribui também para que o professor venha ter medo de receber o aluno com deficiência.

Diante do que observamos nas salas de aula a inclusão dos alunos parece que é apenas para cumprir uma exigência da lei. A realidade é que as crianças com deficiência chegam a fazer suas matrículas, mas o que elas não contam, na maioria das vezes, é por receber o atendimento que de fato elas precisam receber.

A inclusão de alunos com deficiência no campo educacional não se constitui em um fato recente. Advém de uma luta histórica, consolidando-se, expressivamente, enquanto movimento social, mundialmente conhecido, com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos. A temática aborda novas propostas de políticas para inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares, trazendo múltiplas perspectivas e concepções, que contribuem para a compreensão do cenário e da complexidade dos processos em que se inserem. A luta pela inclusão tem ganhado força, mas não basta apenas o discurso teórico enquanto toda a equipe escolar não abraçar essa causa pouco vai ser feito.

## Referências

ARANHA, M. S. F. **Inclusão Social**. In: E. J. Manzini (Org.) Educação Especial: Temas Atuais. Unesp. Marília-Publicações, 2006.

BARTALOTTI, Celina Camargo. **Nenhum de nós é tão esperto como todos nós**. São Paulo: PUC/SP, 2006.

BUSCAGLIA, Leo. **Os deficientes e seus pais**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

**BRASIL.** Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca:** Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. UNESCO, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em 15 nov 2018.

**BRASIL.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação. Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, **Diversidade e Inclusão.** Brasília: MEC, 1999, 2013. Disponível: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download &alias=13448-diretrizes-curiculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curiculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em 12 nov 2018.

**BRASIL.** Ministério da Educação. **Ensaio pedagógico:** construindo escolas inclusivas: 1. ed. Brasília: MEC, SEESP, 2005. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ensaios\\_pedagogicos.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ensaios_pedagogicos.pdf)>. Acesso em 15 nov 2018.

BISACCIONI, Paola. **Como os professores lidam com um aluno com deficiência inserido em suas turmas?** Os Desafios da Transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. São Carlos, SP: UFSCar, 2005.

FARIAS, Sandra Samara P. **Os processos de inclusão dos alunos com surdocegueira na Educação Básica.** Salvador, BA: Universidade Federal da Bahia, 2012.

FONTES; Patrícia Oliveira; ANDRADE, Liz do Nascimento. **Os desafios de construir escolas inclusivas.** 2006. Disponível em: [http://www.editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/Trabalho\\_Comunicacao\\_oral\\_idinscrito\\_1133\\_1a27211\\_952d6495dd896f0a8b9fa90b7.pdf](http://www.editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/Trabalho_Comunicacao_oral_idinscrito_1133_1a27211_952d6495dd896f0a8b9fa90b7.pdf)>. Acesso em 17 set 2018.

KOLARIK, Karen; RODRIGUES, Jaqueline Fonseca; OLIVEIRA, Andréa Martins de. **As adequações curriculares para a educação inclusiva através do Projeto Político Pedagógico da Escola.** São Paulo: Projeção & Docência, V. 8, n. 1. p.46-58, 2017. Disponível em: <http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao3/article/view/845/712>>. Acesso em 18 set 2018.

MANTOAN, Maria Teresa E. **Inclusão Escolar:** O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

\_\_\_\_\_. **Uma escola para todos.** São Paulo: [s.e/s.d].

MELETTI, Silvia M. F. **A constituição dos modos de lidar e de significar a condição do deficiente mental.** In: OLIVEIRA, F.N.; ALLIPRANDIN, P.M.; MELETTI, S.M.F. (Org.). Educação e reflexão: contribuição teórica, atuação docente e pesquisa. Londrina: EDUEL, 2009. p.215-231.

PIANTINO, Lurdinha D. **Salto para o Futuro:** educação especial, tendências atuais. In: BRASIL. Ministério da Educação. (Vários autores). Salto para o Futuro: educação especial, tendências atuais. Brasília, MEC, SEED, 1999.

RAMOS, Paulo. **Educação inclusiva:** histórias que desencantam na educação. Blumenau: Odorizzi, 2010.

ROSA, Lúcia Cardoso Silveira. **Formação continuada de atendentes para a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais em creches.** 2003. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2003.

SANCHEZ, Pedro. A. **A educação inclusiva**: um meio de construir escolas para todos no século XXI. Revista Inclusão. Brasília, v.1, n.1, out./2005, p. 718.

SANTANA, Cristiano L.; SANTANA, Crislayne L.; PEREIRA, Aline G. S. S. **A Educação Especial no Brasil**: Acontecimentos históricos. In: SIMPÓSIO EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO, 2012. São Paulo. Anais... São Paulo: GECES, 2012. Disponível em: <http://geces.com.br/simposio/anais/anais-2012/Anais-010-021.pdf>>. Acesso em: 8 ago. 2018.

SILVA, Margaret do Rosário Silva. **Dificuldades enfrentadas pelos professores na educação inclusiva**. 2011. vii, 54 f. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar) -Universidade de Brasília, Universidade Aberta do Brasil, Brasília, 2011. Disponível em: [http://bdm.unb.br/bitstream/10483/2487/1/2011\\_MargaretRosarioSilva.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/2487/1/2011_MargaretRosarioSilva.pdf)>. Acesso em: 13 ago 2018.

VEIGA, Márcia Moreira. **A inclusão de crianças deficientes na Educação Infantil**. In: Paidéia, jan. /Jul. 2005, ano V, n.4, p.169-193.

Recebido em 31 de dezembro de 2020.  
Aceito em 2 de fevereiro de 2021.